

LR HOLDING S.A.
CNPJ: 57.472.865/0001-78

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa **LR HOLDING S.A** iniciou suas atividades em **27 de setembro de 2024**, com sede e foro na cidade de **Joinville - SC**. Tem como principal atividade participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

A empresa fora tributada no exercício de 2025 com base no regime tributário de Lucro Presumido.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade com a NBC TG 1001

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas com base em documentos, controles e informações fornecidas pela Administração da referida empresa.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1001 – Contabilidade para Pequenas Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A administração da sociedade mantém os serviços de contabilidade de forma terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos foram fruto do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

As demonstrações contábeis dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação poderão conter algumas reclassificações para melhoria da informação e comparabilidade, em função da estrutura de apresentação das demonstrações contábeis terem sofrido alterações em decorrência da reestruturação do plano de contas ou de uma eventual mudança de profissional contábil.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la

ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da empresa, conforme previsto no item 30.2 da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim, ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período, atendendo ao regime de competência.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No exercício corrente a empresa não adotou nenhum uso de estimativas e julgamentos devido ao custo-benefício ser irrelevante para o resultado da empresa.

e) Regime de contabilização

O resultado foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

f) Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a principal Demonstração Financeira existente. Ele mostra como de fato está o Patrimônio da empresa, refletindo sua posição financeira em um determinado momento.

No Balanço, o Patrimônio se encontra em equilíbrio, equilibra os bens e direitos com as obrigações e as participações dos sócios ou acionistas. Desta forma, ele é a igualdade patrimonial. O BP mostra o Patrimônio da entidade tanto quantitativa quanto qualitativamente (apresenta cada item que faz parte do Patrimônio e quanto se tem de cada um). O Balanço Patrimonial é constituído pelo:

- **Ativo** compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos.
- **Passivo** compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.
- **Patrimônio Líquido** compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

g) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma demonstração que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido devendo ter alterações em um exercício, através do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência.

A demonstração do resultado do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período. Embora sejam elaboradas anualmente para fins legais de divulgação, em geral são feitas mensalmente para fins administrativos e, trimestralmente, para fins fiscais.

As legislações que determinam a DRE deixam pouca ou nenhuma liberdade de personalização desse relatório contábil, apontando-se os vários tópicos que deverão ser discriminados em tal demonstrativo. Então, para se apurar o lucro que a empresa adquiriu no período, devem estar indicadas na DRE: as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda, bem como os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

A correta elaboração e interpretação do Demonstrativo do Resultado do Exercício é uma ação decisiva no que se refere à vida financeira das empresas. É através do Demonstrativo do Resultado do Exercício que diagnosticamos problemas na saúde financeira da empresa e prescrevemos os remédios para intervenção nos problemas, quando necessário.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização

desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL é um relatório contábil que mostra as variações ocorridas nas contas integrantes do grupo Patrimônio Líquido.

Nesta demonstração contábil são evidenciados os saldos iniciais, os ajustes de exercícios anteriores, os aumentos do Capital, as Reversões de Reservas, o Lucro Líquido do Exercício e sua destinação, além dos saldos finais das respectivas contas que compõem o Patrimônio Líquido da entidade.

j) Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A DRA é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. Compreende todos os componentes da “demonstração do resultado” e da “demonstração dos outros resultados abrangentes”.

Em suma, a DRA registra os ganhos e as perdas economicamente incorridos, mas de possível reversão futura. Na sua essência, o resultado abrangente é aquele que abrange as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade,

confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade, tempestividade e equilíbrio entre custo e benefício, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

a) Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, bens, direitos e obrigações, vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

I – ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

b) Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponível)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo.

As aplicações de liquidez imediata estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos e deduzidos os tributos (IOF e IRRF) correspondentes, até a data do encerramento do exercício.

d) Investimentos

A empresa possui investimentos permanentes em participações societárias avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto na legislação societária e nos princípios contábeis aplicáveis.

Os investimentos estão registrados pelo valor do custo de aquisição, ajustado pela equivalência patrimonial, reconhecendo-se no resultado do exercício a participação nos lucros ou prejuízos das sociedades investidas, proporcionalmente à participação detida.

II – PASSIVO CIRCULANTE, NÃO CIRCULANTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

Os valores a pagar são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sem qualquer acréscimo de juros ou qualquer outro tipo de correção financeira.

b) Contas a Pagar

A Companhia possui obrigações registradas no passivo circulante e/ou não circulante no grupo de contas a pagar, valores referentes a obrigações assumidas para aquisição de investimentos com participações societárias, reconhecidos pelos valores contratados e atualizados conforme condições pactuadas entre as partes.

c) Obrigações com Sócios

Em observância a lei 15.270/2025 aplicável à distribuição de lucros, a empresa formalizou, por meio de Ata de deliberação societária regularmente aprovada, a destinação de lucros apurados até a data-base prevista na legislação. Os referidos valores encontram-se registrados no passivo, na rubrica de obrigações com sócios, até sua efetiva liquidação financeira.

d) Capital Social

O capital social está representado por 300.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, conforme segue:

Sócios	Quotas	Valor Total
IDERALDO LUIS LESCOWICZ	150.000	R\$ 150.000,00
MONICA RAMOS A. LESCOWICZ	150.000	R\$ 150.000,00
Total	300.000	R\$ 300.000,00

e) Distribuição de Lucros

A distribuição de lucros para os sócios da Empresa é reconhecida no patrimônio líquido nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Contrato Social e Alterações Contratuais da Empresa.

III – DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

a) Receita operacional

A receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria e o preço dos serviços prestados.

É a receita total decorrente das atividades-fim da organização, para as quais a empresa foi constituída, segundo seus estatutos ou contrato social.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos, juros de capital próprio e variações cambiais e monetárias ativas quando houver. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, juros passivos, descontos concedidos, juros sobre capital próprio, variações cambiais e monetárias passivas quando houver.

c) Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas, custos e despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento

4. ADOÇÃO INICIAL DA NBC TG 1001

Na adoção inicial da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade a empresa fez uma análise sobre os ativos e passivos reconhecidos e eventuais ativos e passivos não

reconhecidos para validar se todos estavam alinhados dentro da política de reconhecimento desta norma contábil. Após minuciosa análise a administração concluiu que nenhum ajuste se faria necessário.